

A ARTICULAÇÃO ENTRE O PROFESSOR DO AEE E O PROFESSOR REGULAR PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: UM ESTUDO NA CIDADE DE ITAJUBÁ-MG

Vívian Martins Ribeiro; Denise Pereira de Alcantara Ferraz; Juliani Flávia de Oliveira;
Stefano Maximo Lopes

*Universidade Federal de Itajubá-MG. vivih.marthins@hotmail.com; deferraz@unifei.edu.br;
juliani_flavia@hotmail.com; stefano@unifei.edu.br*

RESUMO EXPANDIDO

INTRODUÇÃO: O presente projeto foi concebido a partir dos esforços do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Tecnologias, Educação em Ciências e Inclusão da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), que desde 2015, com o projeto de extensão Experiências Educacionais Inclusivas na Microrregião de Itajubá, tem realizado um trabalho de levantamento de dados a fim de investigar quais os caminhos das políticas públicas em Educação Especial na perspectiva Inclusiva na região em que se situa a universidade, podendo assim compartilhar práticas educacionais inclusivas com demais professores da rede e possibilitar mudanças locais e regionais a partir desse contexto. Após a pesquisa inicial, teve-se a necessidade de averiguar como os professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) se articulam para ensinar Ciências aos alunos Público Alvo da Educação Especial (PAEE), e desta ideia, surge a proposta da presente pesquisa. A temática pesquisada, no que diz respeito à articulação entre professores, é prevista na legislação como uma atribuição do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e deve ser feita junto aos professores das classes regulares de modo complementar ou suplementar aos conteúdos específicos de cada disciplina. Os sujeitos da pesquisa são professores que trabalham com o AEE nas SRM, nas escolas públicas do município de Itajubá, e o recorte delimita os profissionais que atendem alunos PAEE no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (1º ao 3º ano). Tal proposta justifica-se na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), marco mais recente em termos de leis das políticas afirmativas para as Pessoas com Deficiência (PCDs), que incentiva as pesquisas no âmbito educacional para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas para as PCDs. Além disso, ensinar Ciências Biológicas na perspectiva da Educação Inclusiva torna-se imprescindível para a formação social dos indivíduos: para o conhecimento do próprio corpo e das relações com a natureza, higiene e prevenção de doenças, saúde e alimentação, entre outros. Logo, o objetivo desse projeto é analisar e descrever como os professores do AEE têm se articulado com os professores das salas regulares para promover o ensino e aprendizagem de Ciências Biológicas aos alunos PAEE. Para tanto, torna-se necessário compreender o papel do professor do AEE previsto na legislação, diferenciando-o do profissional de apoio; compreender a importância do ensino de Ciências Biológicas na perspectiva da Educação Inclusiva e traçar os principais marcos legais das políticas de Inclusão no Brasil.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO: A pesquisa será desenvolvida sob a teoria de abordagem qualitativa, que pretende compreender a natureza e a relação dos fenômenos, possibilitando o estudo dos significados, perspectivas, pontos de vista, vivências e analogias (TURATO, 2003). A investigação de campo foi definida como estratégia metodológica, com identificação prévia das escolas que atendem ao recorte da pesquisa. Será

solicitado aos professores que concedam entrevistas que serão autorizadas por meio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), gravadas por dispositivo de áudio e posteriormente transcritas. A entrevista será norteada por questões semiestruturadas e a Análise de Conteúdo (AC) será o método utilizado para análise dos dados obtidos, pois segundo Bardin (1977), esta pode ser utilizada como ferramenta para a compreensão da construção de significados que os sujeitos exteriorizam no discurso. A AC proposta por Bardin consiste de três etapas: a pré-análise, que consiste na organização de um plano de análise e sistematização das ideias iniciais, bem como na construção do referencial teórico; exploração do material, que consiste na execução das ações planejadas, envolvendo a coleta dos dados; e o tratamento e exploração do material, que consiste na síntese, seleção e interpretação dos dados obtidos. O início do trabalho deu-se por um levantamento bibliográfico a fim de identificar artigos que tratassem da legislação em Educação Especial, com ênfase na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil, a fim de traçar um breve histórico dessas políticas. Além disso, foi caracterizada a forma como aconteceu o processo de efetivação das políticas públicas para a implementação do AEE e das SRM nas escolas regulares; além de identificar na legislação qual o papel do professor do AEE, diferenciando-o do profissional e professor de apoio. Quanto ao ensino de Ciências Biológicas na Perspectiva Inclusiva, pode-se perceber que a Literatura apresenta um vasto número de trabalhos compartilhando modelos didático-pedagógicos para o trabalho com alunos PAEE, porém poucos trabalhos focam na articulação dos professores para a efetivação desse ensino nas classes regulares. Quanto a pesquisa de campo, o trabalho encontra-se em fase de exploração do material. O município de Itajubá-MG conta com 13 escolas públicas estaduais. Segundo o IBGE, no ano 2015 foram 4.072 alunos matriculados no Ensino Fundamental e 2.583 no Ensino Médio nessas escolas. De acordo com a Superintendência Regional de Ensino (SRE), 11 dessas escolas ofertam o Ensino Fundamental II (EF II) e 8 ofertam o Ensino Médio (EM), porém uma dessas escolas se caracteriza por ofertar EF I, uma de Ensino Técnico e uma escola para Educação de Jovens e Adultos (EJA), portanto não são objetos dessa pesquisa. Identificou-se 10 escolas que correspondem ao recorte dessa pesquisa, porém apenas 8 professores do AEE atuam nessas escolas, sendo que 2 deles atuam em dupla jornada, ambos em duas escolas diferentes. Segundo Moraes (2013) as escolas públicas do município passaram a receber alunos PAEE nas classes regulares no ano de 2006, com o Projeto Incluir. Os professores estão sendo contatados e as primeiras entrevistas estão em andamento.

CONCLUSÕES: São notáveis a urgência e a importância de estudos que evidenciem de que forma as políticas de inclusão têm se efetivado *in loco*, para se estabelecer parâmetros e propor mudanças. Estudar como a articulação prevista nos documentos legais tem ocorrido na microesfera pode apontar novos caminhos e novas práticas inclusivas entre professores locais e regionais. Quando se trata do Ensino de Ciências, especificamente de Ciências Biológicas, há urgência em compartilhar trabalhos que auxiliem os professores em suas práticas pedagógicas para o sucesso da aprendizagem de todos os alunos, haja visto o histórico de ensino tradicional e positivista que predomina ainda hoje na maioria das escolas.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BRASIL, Ministério da Educação. **Documento Orientador (do) Programa de Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília, DF, 2012. 72p.

BRASIL, Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 2015.

BRASIL, IBGE. Censo demográfico, 2010. **Acesso em 28/05/2018**, v. 13, 2015.

CENSO, IBGE. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. **Acesso em 28/05/2018**, v. 23, 2010.

CIDADES, IBGE. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/>>. **Acesso em 28/05/2018**, v. 1, 2015.

FARNOCHI, N. G. O Professor de Apoio e as decorrências para a organização do trabalho na escola: Análise de orientações legais em diferentes redes de ensino, 2014.

GARCIA, R. M. C. Políticas para a Educação Especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico, 2006.

INEP, Censo da Educação Básica. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_basica/apresentacao/2014/coletiva_censo_basica_2013.pdf>. **Acesso em 28/05/2018**, v. 7, 2015.

ITAJUBÁ, **Plano Municipal de Educação**. Disponível em: <<http://diariooficial.itajuba.mg.gov.br/upload/Lei%203109%20-%20PME.PDF>>. **Acesso em: 28/05/2018**. Lei nº 3109, de 25 de junho de 2014.

KRASILCHIK, M. Reformas e realidade: o caso do ensino das ciências. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 85-93, 2000.

MACHADO, R. et al. O atendimento educacional especializado (AEE) e sua repercussão na mudança das práticas pedagógicas, na perspectiva da educação inclusiva: um estudo sobre as escolas comuns da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis/SC. 2013.

MANTOAN, M. T. E. et al. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. **Brasília: Ministério da Educação**, v. 1, 2010.

MIRANDA, T. G. Articulação entre Atendimento Educacional Especializado e o ensino comum: construindo sistemas educacionais inclusivos. **Revista Cocar**, n. 1, p. 81-100, 2015.

TURATO, E. R. Tratado da metodologia clínico-qualitativa. **Petrópolis: vozes**, 2003.

Agradecimento à FAPEMIG pelo apoio financeiro.